

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

A Crítica

Class.:

790

Data:

17.12.88

Pg.:

Garimpeiros promovem o ⁴⁴⁶⁸exterminio dos Yanomami

Onze bispos da presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) assinaram um documento — “Em Defesa do Povo Yanomami” — no qual denunciavam o extermínio dessa nação lo-

calizada nos Estados de Roraima e Amazonas, fronteira com a Venezuela. O documento está sendo encaminhado ao presidente José Sarney. O presidente da Funai, Íris Pedro de Oliveira, reconheceu ontem a necessidade da “imediate e

definitiva retirada de todos os garimpeiros” da reserva indígena dos Yanomami, como pede a CNBB.

Os garimpeiros estão promovendo o extermínio dos indígenas (Página 10).

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica

Class.: 714

Data: 17.12.88

Pg.: _____

IGREJA PREOCUPADA

¹⁶⁶⁸
Genocídio dos Yanomami é denunciado a Sarney

Onze bispos da Presidência e Comissão Episcopal de Pastoral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) assinaram o documento "Em Defesa do Povo Yanomami", no qual denunciam o extermínio dessa nação localizada nos Estados de Roraima e Amazonas, na fronteira com a Venezuela. O documento, de 10 páginas, está sendo encaminhado ao presidente José Sarney, presidentes da Câmara e Senado, ministros e deputados, entre outras.

O texto inicia situando a violência contra os Yanomami dentro do "panorama da política indigenista do governo, que marginaliza e desintegra as comunidades indígenas a ponto de provocar o Etnocídio". Quanto à invasão do território Yanomami, os bispos alertam que os 100 mil garimpeiros que até o final deste mês estarão em Roraima poderão levar aque-

le povo ao extermínio. Enquanto isso, crimes de homicídio, esbulho possessório, lesão corporal, formação de quadrilha e incitação continuam sendo, praticados, impunemente, pelos garimpeiros invasores do território indígena.

Segundo o documento da CNBB, apesar de o projeto Calha Norte ter como objetivo a defesa das fronteiras norte do Brasil, que é "um dever indeclinável do Estado", não pode, no entanto, ser um pretexto para violar os direitos indígenas. Ao mesmo tempo, lembram os bispos, o dever do Estado de demarcar as terras indígenas, estabelecido pelas Constituições desde 1934, não tem sido cumprido em relação aos Yanomami.

Conforme afirmam, a Igreja tem sido perseguida no Brasil pela defesa que faz dos direitos do índio e foi expulsa da Missão Catrimani, localiza-

da na área Yanomami, porque questionava a omissão governamental na invasão dos garimpeiros.

Na conclusão, a CNBB exige a renovação da portaria interministerial nº 250, de 18 de novembro de 1988, que reduz a terra Yanomami em 70 por cento, por ser inconstitucional e destruidora da integridade física e cultural dos Yanomami. A demarcação do território indígena, afirmam os bispos, deve ser realizada conforme os limites fixados pela portaria da Funai nº 2817, de 18 de janeiro de 1985, que leva em conta a área tradicionalmente ocupada pelos Yanomami. Exigem também a imediata retirada de todos os garimpeiros, oferecendo-lhes vida digna fora da terra indígena. E pedem a responsabilização penal, de todos os que têm estimulado, promovido, e respaldado esse genocídio ou se omitido na adoção de providências para evitá-lo.

Funai quer retirada dos garimpeiros

BRASÍLIA (Sucursal) — O Presidente da Funai, Iris Pedro de Oliveira, reconheceu ontem a necessidade da "imediate e definitiva retirada de todos os garimpeiros" da reserva indígena Yanomami, no extremo-norte do País, como pediu a CNBB no documento divulgado no dia 15, intitulado "Em Defesa do Povo Yanomami". O Presidente da Funai disse que

essa é uma de suas grandes preocupações, já que os garimpeiros estão gerando conflitos, poluindo os rios, destruindo florestas e ameaçando a integridade dos índios Yanomami.

Iris Pedro garantiu que já fez contato com outros escalões do governo para providenciar a retirada dos garimpeiros — calculados hoje em amis

de 20 mil naquela área — bem como oferecer-lhes "alternativa de vida digna fora da terra indígena", como pede também o documento da CNBB.

O Presidente da Funai disse ainda que a demarcação da área Yanomami está sendo executada pelo Departamento Geral de Engenharia do Exército "em restrita observância aos dispositivos legais aplicáveis".